

Uma análise teórica e crítica da circulação das elites no regime democrático com comentários do contexto brasileiro.

- Henry Ani Kifordu

Resumo

O artigo discute teórica e criticamente o sentido, mais especificamente, a instrumentalidade da circulação das elites para a efetividade do regime político. Foca atenção na forma específica que a circulação das elites nos cargos políticos eletivos ou nomeados (re)molda o sistema democrático. De que forma a circulação das elites é significativa ao sistema democrático? Os liberais pluralistas acreditam que a composição das elites políticas, ao derivar das livres e justas eleições periódicas, provocaria a dinâmica necessária à promoção do sistema democrático. Eleições competitivas são consideradas a base rudimentar da circulação qualitativa das elites políticas e da representação dos interesses públicos mediante as políticas públicas que por extensão favorecem o regime democrático. Apesar de não informar sobre as variações temporais e espaciais na qualidade da circulação das elites, o modelo liberal pluralista não explica a ausência contínua em certos contextos da tipologia inovadora de elites benéfica às mudanças sociais. Ao apostar nas eleições como mecanismo de renovação das elites, os liberais pluralistas deixam de prestar atenção às diferenças reais sobre a inovação das elites pelo tempo e espaço. O papel de uma liderança continuamente inovadora é também omitido. Essas omissões têm atraído críticas, especialmente dos elitistas críticos, tanto os clássicos quanto os contemporâneos, que apontam para incongruências entre as proposições e práticas liberais. Por exemplo, a crise de representatividade atualmente afligindo o Estado brasileiro não é menos um grande desafio à plausibilidade e operacionalidade dos postulados pluralistas. Para que o sistema democrático funcione efetivamente, argumenta-se nesse estudo, a circulação das elites no governo é crucial, não simplesmente em termos da renovação de seus membros, mas bem mais importante das inovações de seu caráter e conduta. Além das bibliografias com dados pertinentes, o trabalho recorre à abordagem crítica das elites. Essa expõe a dinâmica e contradições das relações de poder que moldam variavelmente a circulação das elites e por extensão afetam o sistema político. Exemplos ilustrativos com dados indicativos serão retratados do caso brasileiro. O trabalho está estruturado em seis partes. A introdução é seguida pela caracterização das elites e elites políticas. Na terceira, discute-se a circulação das elites mediante as perspectivas democráticas e críticas. A quarta retrata a circulação das elites informada pela sua taxonomia e habilidade, pelo estado e sociedade democraticamente organizada. Enquanto o quinto mostra os limites da circulação das elites vis-à-vis teorias liberais pluralistas, a sexta abrange a conclusão.

Abstract

This paper discusses theoretically and critically the meaning, more specifically, the instrumentality of elite circulation to the democratic regime's effectiveness. It pays attention to the particular form elite circularity in political offices affects the democratic system. In what form is elite circulation significant to the democratic system? To liberal pluralists, it is assumed that the composition of the political elite, by deriving from periodic free and fair elections, will stir-up the necessary dynamics for building-up the democratic regime. Competitive elections are considered the rudimentary bases of qualitative elite circulation, productive of representativeness and conducive to effective public policies that favor the democratic regime. However, just as this does not inform variances in the quality of elite circulation over time and space, it does not necessarily produce the elite typology relevant for social change. By staking on elections as threshold

for elite renovation, the liberal pluralists fail to pay due attention to real differences about elite innovation across time and space. The role of a continuously innovative leadership is also omitted. These omissions have attracted critiques, especially from classical and contemporary critical elitists who highlight incongruencies between liberal pluralist propositions and practices. For example, the crises of representation actually afflicting the Brazilian polity is no less a big challenge to the plausibility and workability of pluralist postulates. It is argued in this paper that for the democratic system to function effectively, elite circulation is crucial, not simply in terms of membership renovation but very importantly character and conduct innovations. The critical elite method is employed for exposing the dynamics and contradictions of power relations that shape variably elite circulation and by extension the political system. Illustrative examples with indicative data are drawn from the Brazilian context. The paper is structured in six parts. The introduction is followed by the characterization of elites and political elites. The third conceptualizes elite circulation by exposing its democratic and critical perspectives. The fourth portrays elite circulation as phenomenally informed by elite taxonomy, political system, democratic state and society. While the fifth depicts the limits of elite circulation vis-à-vis liberal pluralist theory, the sixth is the conclusion.

1. Introdução

Este trabalho visa discutir teórica e criticamente o sentido, mais especificamente a instrumentalidade da circulação das elites políticas (eleitas ou nomeadas aos altos e decisivos cargos políticos) no funcionamento efetivo do sistema político. Perceptivelmente, os estudos sobre as elites têm focado atenção e crítica na posse excelente e emprego dos recursos de poder na dominação da sociedade como categoria aparte ou até mesmo apática. Porém, as elites não surgem nem atuam num vácuo. O sistema ou regime político, o Estado e a sociedade integram o grande palco e meio tanto institucional quanto social para a interatividade, efetividade e sustentabilidade do poder das elites.

A dinâmica da composição do poder político e os efeitos variados (enfraquecimento ou fortalecimento) sobre ou oriundos particularmente do sistema político em qualquer tempo não deixam de mirar a forma, essência e grau de interações entre, num lado, as elites e a sociedade e, noutro, entre as elites e o Estado. Além demais, a qualidade da circulação das elites no poder político tem reflexos variados no sistema político.

Ao levar em consideração tanto o próprio sistema político democrático quanto o seu fortalecimento como respectivamente ponto de partida e chegada, a pergunta que convém é em que sentido as mudanças na composição das elites políticas afetam (fortalecem ou enfraquecem) o funcionamento efetivo do próprio sistema político?

Para os liberais pluralistas, as elites são instrumentais ao desenvolvimento do sistema político democrático, uma vez que, a composição das primeiras no governo (nos altos e decisivos cargos políticos), ao decorrer das livres, competitivas e justas eleições periódicas, gera a dinâmica necessária para a sua construção e consolidação. Apesar de contar com os princípios rudimentares da governança política (responsabilidade, responsividade etc), as eleições democráticas são vistas como base primitiva da composição e circulação qualitativa das elites. Conota, ao menos, teoricamente, uma composição conduzida à supervisão efetiva de políticas públicas instrumentais ao fortalecimento do sistema político. Portanto, é uma composição propícia ao funcionamento estável e fecundo do sistema político democrático.

Talvez, não haja dúvida de que a composição inclusiva das elites políticas, corolária da circulação renovadora no poder político, seja instrumental para a estabilidade e qualidade do sistema político. Não obstante, do ponto de vista teórico, os liberais

pluralistas são omissos ou silentes sobre como e porque a composição e circulação das elites na prática pode não refletir a inclusão socialmente representativa e efetiva para o fortalecimento do sistema político.

Essa omissão é tamanha que passa a atrair críticas profundas, especialmente oriundas dos elitistas clássicos e contemporâneos, que buscam justificar a inviabilidade ou as falhas dos postulados liberais pluralistas vis-à-vis funcionamento do sistema democrático. Por exemplo, a crise de representatividade que atualmente assola a política brasileira não deixa de constituir um grande desafio à validade das proposições liberais pluralistas.

Ademais, ao apostar fielmente nas eleições como pedestal para adaptação das elites aos valores democráticos, os liberais pluralistas deixam de deter atenção necessária às condições reais para a transformação daquelas. São omissos quanto à natureza e ao papel da liderança política que, em especial, consideram válida apenas no curto prazo. Quanto às falhas na prática política, o silêncio é mais profundo.

Para que o sistema político funcione mais efetivamente, não simplesmente por conta das eleições periódicas, argumenta-se nesse trabalho, é necessária uma transformação na composição periódica das elites, em termos não somente quantitativo (renovação) como qualitativo (inovação com competência e responsabilidade política) de seus membros.

Tal argumento implica que a circulação das elites deva ocorrer no sentido tanto de renovação nominal dos governantes quanto da inovação no estilo de governar, expressa por ideias novéis junto com a competência política para convertê-las em ação socialmente benéfica e a vontade política de se submeter ao escrutínio público pelos próprios atos. Enfim, a competência política é imprescindível ao desenrolar das políticas públicas que atendam às preferências sociais e fortaleçam o sistema político.

Além da introdução, o trabalho está estruturado em seis partes permeadas por discussões teóricas e críticas subjacentes. Na segunda parte, são vistas as características conceituais das elites e elites políticas. A terceira envolve a concepção da circulação, mostrando seus desdobramentos mediante as teorias convencionais e críticas das elites. Na quarta, são abordadas a circulação, explicando pelos subitens como a taxilogia das elites a informa e a forma que a qualidade da circulação mantém relação com o Estado democrático, o sistema político e a sociedade. Na quinta, são tecidos escólios sobre as limitações da circulação vis-à-vis teoria liberal pluralista, a qual informa o elitismo democrático. Essa parte é seguida pelas considerações gerais.

2. Caracterizando as elites e elites políticas

Para entender a composição e os desdobramentos da circulação das elites políticas, é fundamental discutir o que se entende por elites. A definição das elites é contenciosa, pois o mesmo fenômeno pode ser visto por diferentes teóricos e analistas de diversos ângulos. Não obstante, há certo consenso na literatura das ciências sociais ou humanas de que as elites são uma pequena parcela da sociedade com capacidade superior e organizada para determinar resultados em forma de decisões que afetam a vida das pessoas e, por extensão, o sistema político. Isto é, a excelência na pose dos recursos de poder sobre a direção da sociedade presuppõe a natureza das elites.

Antes de discorrer mais extensamente sobre a natureza social das elites, convém frisar que independente da estrutura social e do caráter ideológico assumido pelas elites, o adjetivo ‘minoritário’ instrui sobre o número acanhado da composição das elites vis-à-vis a população total (Pareto 1968/1991, Mosca 1939, Parry 1969/2006, Dahl 1976, Keller 1963/1991, Dogan & Higley 2006). De fato, o tamanho minoritário das elites em relação à maioria da população induziu uma das mais histórica e amplamente celebradas definições das elites, qual seja, uma minoria organizada que governa a maioria tida como

desorganizada e, segundo a visão optada, uma maioria desprovida ou variavelmente provida de recursos do poder.

Não obstante, a ideia de desigualdade social, baseada na divisão rígida da sociedade em duas classes de elite poderosa e não elite desapoderada, que pautou a definição de elites avançada pelos elitistas clássicos (Pareto 1968/1991, Mosca 1939) e serviu de contraposição à democracia de massa, tornou-se objeto de contestação pelos elitistas democráticos que compartilham a visão pluralista da sociedade, em particular as sociedades industrializadas.

Keller (1963/1993) reforça em seu trabalho sobre as elites estratégicas (o destino das elites) a visão pluralista ao definir as elites como agentes estratégicos ou funcionais, isto é, uma “hierarquia” histórica e socialmente instrumental que exerce funções “chaves” ou as “mais importantes” funções com efeitos abarcantes na sociedade (p. 54-60). Higley & Burton (2006) estendem à esfera política a ótica funcional das elites vistas como a “parcela minoritária de detentores estratégicos de poder com a capacidade organizada para provocar de forma regular e substancial resultados políticos na sociedade” (p. 5).

O adjetivo de minoria qualificadora das elites em posições sociais estratégicas tais como no governo ou Estado é um ponto de partida importante para evocar críticas subjacentes ao pluralismo. Ao classificar as elites em termos funcionais, a visão dos pluralistas estava focada nas sociedades industrializadas nas quais a transformação daquelas se baseava e se realizava.

As observações de Dahl (1971), baseadas em sua pesquisa focada na cidade norte americana de *New Haven*, revelam a ascensão ao poder político de indivíduos talentosos e grupos novos influenciados pela industrialização e ratificados formalmente pelo processo eleitoral. Tais observações tipificam o efeito transformativo das elites mediante a circulação política e as condições econômicas socialmente mais favoráveis, o que implica não a mera substituição ou reciclagem dos membros da velha estrutura do poder político, mas, a renovação dos membros e inovação de ideias que as novas elites portam, transportam e adotam nos cargos políticos autoritativos.

De forma semelhante, embora no tocante às elites administrativas, Putman (1977) salientou o papel da industrialização na elevação às altas posições estratégicas do governo de indivíduos com curso superior e habilitados em vários campos específicos de conhecimento, tais como engenharia, economia e ciência política. Tanto na teoria quanto na prática, as elites administrativas representam o braço direito das elites políticas uma vez que aquelas sejam responsáveis pela formulação das leis que servem de base racional no exercício do poder. Significa uma subcategoria das elites com autoridade burocrática ativa nas sociedades ditas modernas, ou seja, aquelas industriais e orientadas por princípios democráticos.

Apesar de que a industrialização pressuponha a emergência de novas classes sociais baseada na profissionalização diversificada e distribuição egalitária de renda; a associação positiva entre industrialização, profissionalização e distribuição mais equitativa de renda pode na prática não se aplicar ou se verifica em todos os contextos sociais. Em outras palavras, pode haver certa diversificação profissional mediante industrialização acompanhada, como no caso brasileiro, não forçosamente com a distribuição ou redistribuição mais equânime de renda e poder social, mas com sua concentração, às vezes, bem grave, na mão de poucos poderosos.

Com base nos preceitos da liberdade e igualdade política entre os indivíduos da sociedade, os liberais pluralistas acreditam que, apesar da existência de elites líderes dos vários grupos sociais ou profissionais impulsionados pela industrialização, ninguém ficaria sem poder nenhum na sociedade (Veja Dahl, 1971). Daí nasceu a ideia da fragmentação e dispersão do poder entre grupos profissionais cujas elites líderes, além de

provirem de bases sociais heterogêneas, defendem os interesses inclusivos dos representados. Ademais, a luta interclasse pelo poder entre os profissionais que são livres da interferência estatal e gozam de oportunidades iguais é vista como sendo capaz de conduzir à circulação e renovação qualitativa das elites.

Reiterando, é possível que, nas sociedades industrializadas com profissionalização crescente e renda desconcentrada, o poder seja relativamente bem fragmentado e dispersa de tal forma que faça jus a aplicação mais significativa dos preceitos libertários e igualitários por trás da transformação das elites. Porém, mesmo mediante industrialização propulsora de certo nível de profissionalização, pode haver assimetria notória na distribuição de renda e poder na sociedade. Isto é, não é impossível encontrar na prática uma sociedade dividida, às vezes, de forma acentuada, em duas classes categóricas de elites e não elites, mediante uma distribuição bem desigual de renda.

A divisão assimétrica de renda e poder social operaria para obstar a circulação renovadora e inovadora das elites, pois restringiria seriamente a aplicabilidade do preceito democrático igualitário avançado pelos liberais pluralistas. Os próprios pluralistas passaram a reconhecer na sociedade norteamericana pós anos 50 que a desigualdade extensa, ao contrário da tese de dispersão do poder entre as pessoas tidas como não totalmente desprovidas deste, de fato existe e constitui um empecilho às operativas do regime pluralista de poder.¹

O contexto econômico brasileiro tem revelado a existência de um bem elevado e persistente concentração social de renda. O relatório do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) que consta na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) mostra que, considerando a renda total domiciliar por pessoa, o índice de Gini, que mede a distância na distribuição de renda (quanto mais perto de 1, maior a desigualdade), aumentou de 0,546 em 2016 para 0,549 em 2017. Ao mesmo tempo, o índice de Palma (mede a razão entre a parcela do rendimento apropriada pelos 10% das pessoas com maiores rendimentos em comparação com a parcela apropriada pelos 40% com menores rendimentos) registrou alta, passando de 3,47 em 2016 para 3,51 em 2017². Ou seja, a estrutura de distribuição de renda é bastante assimétrica em tal forma que possa ser danosa à saúde democrática.

O alerta do Kaufman (2007) serve para aprender sobre os efeitos restritivos da desigualdade social no sistema democrático, em particular nos dos países latino-americanos, pois, mostra, como “nas sociedades altamente desiguais, as chances da democracia são pequenas (...)”, uma vez “que o eleitor médio permaneça pobre, as pressões redistributivas sejam severas e é provável que os retentores de riqueza optem pela repressão dessas demandas através de governos autoritários”. Essa observação faz muito sentido na medida em que a probeza, antevista por Rousseau como grande vilão da democracia em face da desigualdade social e submissão do pobre aos caprichos e às escolhas das elites poderosas que acarreta (1983), pode criar uma estrutura plutocrática de poder com infiltrações ultraconservadoras pouco ou nada atento aos valores democráticos, salvo talvez pela aparência.

Em suma, a desigualdade impeditiva de uma qualidade crescente da democracia, especialmente a que atrofia as rodas intrínsecas e extrínsecas da circulação das elites políticas, isto é, uma circulação intraelites e interelites e a base social, não se limita à

¹ Veja, por exemplo, Manley, John F. ‘Neo-Pluralism: A Class Analysis of Pluralism I and Pluralism II’. *The American Political Science Review*, Vol. 77, Nº 2, pp. 368-383

² Por mais detalhes, veja ESTADÃO; *Concentração de renda por pessoa no país subiu de 2016 para 2017*, 05 de dezembro de 2018.

distribuição de renda no contexto brasileiro. Ainda no no contexto brasileiro, Scalon (2011) aponta criticamente para a concorrência de outros fatores associados à pobreza, em particular, à privação de capacidades básicas as quais conduzem à vulnerabilidade, exclusão, carência de poder, participação e voz, exposição ao medo e à violência, enfim, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar social (p. 49-68). Além de mostrar o dual formato da divisão desigual de renda e riqueza no país, isto é, entre os mais poderosos (elites) e desprovidos do poder (não elites), essa gama de fatores implica sérias limitações à circulação esperada no poder político.

Ao contrário dos postulados dos elitistas democráticos de orientação liberal pluralista, os elitistas críticos visualizam uma sociedade dividida em duas classes com uma minoria que, além da posse superior dos recursos valiosos, é bem organizada numa estrutura oligárquica de poder. Essa minoria domina a maioria desorganizada e desprovida do poder. Ademais, a elite desfruta de uma origem social similar e se compõe de forma homogênea e coesa, permitindo a defesa de interesses especiais ou seletivos. A luta pelo poder político se define e se manifesta de forma intraclasse, o que leva à reprodução ao invés de renovação e inovação da estrutura do poder político. Neste sentido, a estrutura social de distribuição dos recursos escassos é instrumental para entender a natureza da composição e circulação das elites.

Se as elites constituem o segmento social mais poderosos e influente na sociedade, existe um subconjunto desse que ascende e decai do poder político, ou seja, aqueles indivíduos diretamente oriundos ou não da nata elitista e outorgados com o poder e a autoridade estatal para tomar decisões socialmente prevaletentes. Estado aqui, e como será abordado com mais detalhes e conectividade pela frente, pode ser visto como ‘aquela instituição na sociedade pela qual autoridade [máxima], ou poder legítimo, é exercido dentro de um dado território’ (OLSEN & MARGER, 1993, p. 251) A condição de poder e autoridade para tomar decisões prevaletente é fundamental na luta entre as elites para manter controle sobre o Estado. Sintetizando, é o poder e a autoridade sobre decisões capazes de mudar o destino de uma nação que consagra a composição das elites políticas.

Nessa perspectiva análoga, na escolha mais conveniente de conceitos sobre as elites e elites políticas, é fundamental ponderar sobre as especificidades contextuais. Por exemplo, o tipo e grau de abertura do regime político com outras condições tais como a distribuição de renda concorrem na determinação de perspectivas teóricas e analíticas sobre a circulação das elites. Isto é, para entender de forma extensiva e profunda a circulação das elites baseada no exame minucioso dos fatos sobre renovação e inovação, é preciso optar por conceitos teóricos capazes de reconhecer os rudimentares históricos e dinâmicos da formação social do contexto em foco.

3. Circulação das elites no poder político

Em geral, a circulação das elites no poder político denota o processo de transformações supostamente positivas na estrutura do poder em função das mudanças estruturais ou conjunturais. Nessa perspectiva, a circulação mostra a maneira pela qual, a partir de certos princípios e valores, novos indivíduos ou grupos da sociedade como um todo são recrutados e admitidos aos cargos governamentais para tratar das políticas públicas (ZUCKERMAN 1977)³.

O conceito de Zuckerman (ibid) que aparentemente se inspira dos elitistas democráticos, ao ressaltar a renovação ou (re)composição das elites, carece de pistas valiosas sobre procedência social e sua instrumentalidade para a tipificação ou classificação das elites ascendentes ao poder político. Além demais, omite a ideia de

³ See also Dahl (1971) and Lane (1997) *op cit*.

periodicidade, intencionalidade ou objetividade e resultados esperados da circulação, isto é, além da mera renovação. Não obstante, o conceito serve para identificar o influxo, isto é, a ascensão, mas não descidas das elites de posições-chaves do governo num dado espaço e período de tempo.

A circulação pode ser mais teórica e analiticamente concebida em termos do fluxo (ascensão e queda) periódico das elites em altos cargos políticos, sejam esses eletivos, seletivos ou nomeados, com implicações não apenas para renovações substitutivas ou nominais bem como para inovação das idéias com as práticas governamentais. Por exemplo, se o foco for a circulação das elites executivas ou legislativas na política nacional, o interesse maior seria não simplesmente as mudanças quantitativas bem como as qualitativas em termos de novos ingressos ao cenário político ativo e formal, as origens sociais e as novidades com a exequibilidade das propostas dos governantes e a competência política para governar.

A abordagem de Keller (1963/1991) aproxima-se e faz-se mais sentido às pretensões do processo de circulação, pois, apesar de decorrer da ideia liberal pluralista para visualizar a circulação das elites como “processo pelo qual indivíduos ou grupos acessam ou decaem das posições elitistas (p. 228)”, nesse caso dos altos cargos eletivos, seletivos ou nomeáveis do governo. Seu dinamismo repousa na extensão da ideia não apenas às entradas e saídas de elites dos altos cargos do governo como aos pormenores das mudanças no governo e ao ambiente variado em que a circulação ocorre.

Não obstante, a abordagem Kelleriana não fornece os instrumentos críticos e analíticos dos contextos variados nos quais as expectativas teóricas da circulação pode divergir. Pois, reconheceu Mann (1986/1992, 2005), acredita-se que os agentes humanos operam num contexto social baseado nas escolhas institucionais e capacidades organizacionais conducentes aos objetivos determinados. Além da autonomia econômica e política, para que a competição funcione e produza a circulação esperada pelos liberais pluralistas, Mann (1982) relembra que é preciso a existência de grupos autônomos (livres da interferência do Estado) e a convergência de valores sociais.

Para tanto, nos contextos carentes de condições sociais autônomas (em que se verifica dependência social no Estado pelos recursos organizacionais) e homogêneas (valores comumente compartilháveis), a circulação, que strictu sensu envolve a interação entre as elites e a sociedade no exercício do poder estatal, esbarraria em sérias limitações.

Pela ótica dos elitistas críticos, a circulação das elites no poder político pode ser vista como fenômeno mais complexo e impactante no sistema político de forma variada. Isso sugere que o entendimento do processo e resultado da circulação vai além dos fatores sociais, econômicos e culturais, abrangendo-se outros tais como históricos, biológicos, hereditários, conjunturais ou circunstanciais e institucionais. Essas forças concorrem junta ou parcialmente para restringir os prospectos e escopos das mudanças esperadas da composição das elites, e, por extensão, na dinâmica do sistema político. Em suma, sem críticas reveladoras, os grandes desafios da circulação em contextos variados permanecerão sempre incompreensíveis e intratáveis.

Ao considerar que a circulação das elites se processa apenas em nível individual e base seletiva, Pareto (1935) salientou a distância funcional entre elites e não elites e descreditou a noção de mudanças coletivas no padrão de elites ocupantes de posições governamentais. Postulou que as elites não sejam produtos de forças econômicas nem fundamentem sua dominância na capacidade organizacional, mas nas capacidades inatas que elevem o indivíduo para posições de poder.

Busino (2000) reforça, com base em Pareto (1935), que as capacidades são disposições naturais do indivíduo que o faz exceder em atividades específicas. Em seu estado natural, as capacidades não funcionem num vácuo, para tanto, “são produtos de

interações sociais e operações de socialização”. Daí as elites podem subsistir se renovarem seus membros, eliminarem os elementos degenerados e aceitarem novos elementos dentro de certas proporções. Dessa forma, a circulação deve ocorrer entre as camadas baixas e altas da sociedade, e a mobilidade deve ser sobretudo vertical, para cima e para baixo, e horizontal, entre as elites.

O autor (ibid) afirma que as elites capazes são aquelas que se renovam e se regeneram continuamente. Recapitulou ainda da alerta dada por Pareto (1939) de que a circulação não se verificaria quando ela transcorra simplesmente pela assimilação ou cooptação. Apesar de que as elites possam definharem por problemas biológicos, mudanças psicológicas atitudinais e desmoralização nos princípios, duas maneiras existem para manter a estabilidade e continuidade social: eliminação daqueles que contestam e rompem com a ordem social e a existência das elites e/ou absorção dos elementos da classe governada que são prestáveis. Nesse sentido, o processo de *endomosis* passa a definir a circulação social pela qual os elementos da classe governada passam a fazer parte da aristocracia do poder.

Analicamente, a discussão teórica acima esboçada implicaria admissões criteriosas da base social e da classe política numa proporção comensurável com a necessidade de uma composição das elites que seja socialmente equilibrada e efetivamente funcional. Talvez, em certas democracias avançadas verificam-se admissões integrativas que se aproximam à composição das elites governantes daquela natureza descrita acima. No contexto brasileiro, com as instituições e condutas políticas remanescentes de circunstâncias históricas e dinâmicas as vezes atrofiadas, uma composição socialmente equilibrada e efetivamente funcional das elites governantes parece mais distante do que em outras condições mais favoráveis

Agora, é possível que os opositores capitalizem dos momentos mais frágeis das elites governantes para manipular e mobilizar o povo com objetivo de destituir ou derrubar essas últimas. Na *Ascensão e Queda das Elites*, Pareto (1991/2008) documentou as mutações cíclicas das elites governantes. Num lado, revela seu perfil declinante mediante debilidade no poder político, isto é, quando elas se tornam “mais amenas, mais benevolentes e menos aptas para defender seu poder” e, noutro, mostra como suas roubarias e ganâncias com “aumento das apropriações ilegais e saques ao tesouro nacional” distorcem a estrutura de poder que vai ficando cada vez mais rígida. Enquanto isso, surgem uma nova elite, por exemplo, entre a classe trabalhadora beneficiada por “aumentos da renda”, maior nível educacional e organizacional (p. 59-89).

No Brasil pós ditadura (1988-?), apesar de qualquer dificuldade em identificar padrões cíclicos bem delineados de movimento entre as elites políticas, não é improvável encontrar, pelo menos indicadores rudimentares baseados nos registros de Pareto (ibid) certas flutuações (ascensão e queda) na ocupação do poder político nacional. Novas categorias de elites, por exemplo, movidas pelas organizações partidárias sindicais ou mesmo pelos movimentos sociais desejosos por renovação na política, têm subida ao poder político nacional enquanto certos membros das elites tradicionais decaíam. Nas eleições gerais de 2018, tudo indica que os eleitores optaram pela renovação, colocando no poder alguns novos indivíduos da sociedade e impedindo a reeleição (ou recolocação) de certa parte das elites mais antigas.

Higley e Pakulski (online) resumiu bem os fundamentos do movimento cíclico das elites, à luz do pensamento de Pareto:

(...) pelo tempo, as propensões psicológicas distintas e manifestadas por traços, mentalidades, crenças e ações [por exemplo, corrupção, permanência prolongada no poder político e supressão de opositores] se tornam predominantes entre as elites governantes. Com efeito, os líderes se expõem a

vícios, fechamento, rigidez e atrocidades crescentes. Um processo gradual de declínio – degeneração é mais apropriada – toma conta e leva eventualmente a uma crise profunda, fazendo com que grupos e pessoas dispostas à propensão oposta ascendam ao poder, inaugurando daí um novo processo de declínio.

Mesmo que não seja possível deparar com experiências bem delineadas de ciclos ondulatórios das elites no Brasil pós ditadura, pode não ser tão difícil ou mesmo impossível apontar disposições e tendências de ascensão e declínio desse poderoso segmento social na política nacional, calcando-se tal visão num retrospecto peculiar da história política. Pode-se observar que certas categorias de elites teriam ocupadas posições-chaves de poder num dado e longo período de tempo. Daí, degeneram, passando a atrair opositores em forma de uma nova elite que pode ser líderes de organização sindical, os quais, em seguida, decaem, permitindo a ascensão de novos grupos, talvez com forte inclinação ideológica dispostos ou tendentes, por exemplo, à extrema direita.

Mosca (1939) em geral acolhe a tese de Pareto (1935/1968) sobre a circulação das elites, pois acredita que essa seja um processo de renovação e inovação de suas ideias, por exemplo, quando as elites tradicionais cedem espaço para elementos aptos das classes mais baixas da sociedade.

Porém, recapitulou Bottomore (1977), o aspecto bem relevante de cunho explicativo da atenção que Mosca (1939) presta à circulação não se trata da importância reduzida dada às qualidades intelectuais e morais dos membros da elite, qualidades essas consideradas produtos das circunstâncias. Trata-se não apenas das “tradições e influências do meio ambiente [...]”, mas, sobretudo, da “germinação de novos interesses e ideias no interior de uma sociedade” e do aparecimento de “novos problemas”, os quais levam à necessidade de adaptação das aptidões antigas ou de mudanças na composição das velhas. Outrossim, “se uma nova fonte de riqueza desenvolve-se em uma sociedade, se a importância prática do conhecimento cresce, se uma velha religião decai ou nasce uma nova, se uma nova corrente de ideias se difunde, então, simultaneamente, ocorrerão deslocamentos de grande alcance na classe dominante” (Mosca 1939 *apud* Bottomore 1977, p. 65).

Por último, porém, não menos importante do pensamento clássico, Mosca (1939) visualizou a existência da circulação no poder político através de um sub-tipo de elites ligadas diretamente à sociedade. A existência e persistência de subelites é instrumental para a circulação na estrutura política do poder. A presença ativa da subcategoria serve para a socialização das elites, não apenas com a camada inferior da sociedade integrada por não elites bem como para o recrutamento das pessoas oriundas desse estrato social mais baixo. Isto é, para o equilíbrio da estrutura do poder na sociedade, as elites precisam de gente nova que compartilham ou tem propensão para compartilhar dos mesmos ideais.

O pensamento dos elitistas clássicos, em particular, da impossibilidade de realizar a democracia, entendida como participação popular nos processos e resultados políticos, encontra sua expressão prática na rigidez da estrutura política dominadas pelas elites. Como recapitulou Bottomore (1977), a teoria das elites que insiste na desigualdade de atributos individuais choca-se com a ideia basilar de igualdade no pensamento político liberal. Da mesma forma, ilustrou a ideia dos elitistas clássicos de que uma minoria governante contradiz a teoria democrática de governo da maioria.

Não obstante, a ideia crítica de uma circulação circumsrita pela presença ativa das elites começou a receder entre os clássicos elitistas mediante a eclosão do fascismo e nazismo que sacudiu a Europa no limiar do século XX. Decepcionados com as implicações repugnantes desses regimes políticos, os clássicos elitistas, em especial

Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, voltaram a lançar um novo olhar no potencial da democracia para engajar a população (a massa) pelo menos no processo político. Nesse sentido, Bottomore (1977) argumenta que a teoria das elites de Pareto (1935/1968) e Mosca (1935) não seja tão incompatível assim com a democracia. Nesse sentido, existe a possibilidade de circulação, isto é, de ascensão ao poder político pelos indivíduos da base social mediante competição política e igualdade de oportunidades.

Talvez, seja menos abstrata recorrer aos trabalhos dos elitistas críticos contemporâneos para entender mais realistamente a circulação das elites no poder político com seus respectivos efeitos no sistema político. Tanto Hunter (1953) quanto Mills (1956/2000) estavam preocupados pela distribuição do poder numa das assim ditas maiores, mais velhas e bem respeitadas democracias do mundo – a dos Estados Unidos da América (EUA).

Hunter (ibid) foi um dos pioneiros a documentar a existência de uma estrutura de poder que integra redes organizacionais e funcionais de elites do poder com papéis específicos na estrutura do poder. Mostrou como a ordem social mantida pela estrutura do poder é estratificada, com grandes desigualdades de riqueza e renda, e como a própria estrutura do poder constitui também um sistema de dominação organizada, com uma elite de poder que frequentemente recorre, na medida do possível, à intimidação e coerção sobre seus críticos e oponentes (Hunter 1953, pp. 193-194, 242-243).

Por sua vez, Mills (1956) postulou sobre as altas rodas de um poder tripartite que, embora focado na sociedade norte americana dos pós II Guerra Mundial, retratou a concentração de poder decisório nas esferas empresarial, militar e política nacionais. Notou o “monopólio” de riqueza, prestígio e poder pelas elites ligadas às três esferas cujos membros emanam da classe alta, operam de forma seletivamente fechada às outras “classes médias e inferiores” e, entre as grandes instituições e organizações que dependem para assegurar seus interesses, a política seja pivotal (1956, p. 17-21).

Apesar de espelhar a sociedade norte americana, os trabalhos de Hunter (1951) e Mills (1956) ilustram criticamente a aplicação do poder acumulado para proteger interesses seletivos mediante acesso e emprego do poder de coerção máximo e institucionalizado da sociedade – o Estado. A circulação das elites é limitada pela semelhança de origens (escolaridade, casamento intra-famílias, posições institucionais e redes sociais entrecortadas de contato etc) e comunidade de interesses protegida pelo grupo de elites. Uma afirmativa relevante dos teóricos de estrutura do poder e elites de poder que circulam restritivamente naquela é a capacidade para tomar decisões que, embora validadas pela autoridade estatal, favorecem mais os interesses das elites.

Pode ser que a linearidade millseana da circulação das elites no poder político norteamericano do passado recente (isto é, a partir da classe alta pós industrialização) não seja rigidamente aplicável ao caso brasileiro, mas circunstâncias históricas, tais como estruturas de dominação colonial, imperial e militar, podem ter fomentado uma espécie de dependência de trajetória (*path dependence*) pela qual o passado institucional e comportamental molda a dinâmica política atual.

4. Circulação e outras dimensões interrelacionadas

Circulação e taxionomia das elites.

A taxionomia das elites políticas segundo suas funções profissionais ou qualidades sociais contribui para entender a dinâmica, tipologia e dispersão estrutural das elites com base na circulação periódica. Ela instrui sobre a circularidade ou mudanças periódicas

que ocorrem entre “as diferentes categorias das elites” (Bottomore 1974, p. 45)⁴, conduzindo à informação quanto ao padrão de participação de cada tipo das elites no poder político.

Além disso, a classificação das elites políticas segundo sua distribuição profissional ou classe social contribuem para observar as procedências (origens) sociais e estudar o grau de coesão preexistente, existente ou persistente entre cada categoria. Enfim, sem essa classificação, será difícil analisar e entender a proporção de cada categoria das elites impactada pela circulação, seja entre as elites governantes e não governantes ou entre elites governantes e a sociedade como um todo. Da mesma forma, a falta de classificação impossibilitaria conhecimentos mais precisos sobre as regularidades na aparência de certas tipologias das elites. Nesse sentido, a classificação é fundamental para atribuir e entender a responsabilidade maior pelo sentido das mudanças sociais em qualquer espaço e tempo.

A classificação das elites evoluiu entre as mais remotas categorias para abarcar a elevação social dos mais talentosos e reputados indivíduos dos grupos profissionais e de estatuto da sociedade. Na Grécia antiga, a divisão da sociedade por Platão (1993) repousava em três classes (reis filósofos, forças armadas e camponeses) funcionais que servirão para expor a relevância de uma hierarquia social, sendo a primeira classe, os reis filósofos, composta pelas elites governantes e não governantes dentro da visão atual. Desde então, o conjunto das elites, berço da circulação no poder político, tem variado em número, grau e gênero e conforme as mudanças nos contextos e valores sociais.

Porém, foi com base nos estudos de Pareto (1968) na Itália, e especialmente apoiados pela pesquisa de Marie Koblinska (veja Bottomore, 1974)⁵ sobre a experiência francesa, que despontaram as primeiras classificações sistemáticas e relativamente mais discerníveis das elites. A tipologia das elites apontada pelo primeiro inclui as aristocratas e plutocratas militares, religiosas e comerciais. Já, Koblinska identificou nas elites francesas certas subdivisões, variando entre os ricos, nobres, aristocratas, guerreiros e cleros que rodavam no poder político ou eram reveladas pela circulação nesse último. Vale observar que apesar das mudanças épicas das revoluções industrial (1776) e francesa (1789), as classificações das elites mais influentes na sociedade registradas pelos estudos refletiam um contexto com valores sociais ancorados na riqueza, status, poder político, militar e clérico, ou seja, baseadas nas funções morais típicas da época.

Porém, a difusão maior da industrialização e democracia, em particular nos pós I e II Guerra Mundial, serviu como força propulsora para as classificações modernas mais revolucionárias e dinâmicas vis-à-vis circulação das elites. O ponto de partida remonta aos estudos de Claude Henri Rostand de Saint-Simon, o Conte de Santo Simão, que escreveu no primeiro quarto do século XIX, manifestando preocupação sobre a regeneração da sociedade baseada na industrialização pela qual emergirá uma nova elite. A industrialização é vista elucidativa e construtora das forças do conhecimento, mérito e habilidade que permitem o controle social e previnem o caráter despótico do governo nas sociedades feudais. O crescimento da capacidade de desempenhar certas funções como planejamento, produção industrial e elevação espiritual foi considerado instrumental para dividir a sociedade em classes sociais distintas, embora mutuamente exclusivas (veja Keller 1963/1991, p. 8-10).

Os estudos subsequentes procuraram desconstruir a prevacente tripartite classificação política centrada no pensamento antigo, em particular, em Aristoteles. Para Pareto (1968) e Mosca (1939), a estrutura política desenhada por Aristoteles que tem a

⁴ BOTTOMORE, Thomas (1974) op cit. O autor cita Marie Koblinski, um dos discípulos de Pareto, que realizou uma pesquisa sobre as elites da França no início do Século XX

⁵ Veja Bottomore (1974) que se referiu a Marie Koblinska como um dos discípulos de Vilfredo Pareto responsável pela pesquisa sobre a tipologia das elites na França.

democracia como um dos destaques se opunha à realidade na qual conviviam. Observaram uma organização histórica da sociedade baseada em elites e não elites com as primeiras subdivididas em elites governantes e não governantes e as segundas formadas pelos governados.

Enquanto os primeiros engajam-se diretamente em governar a sociedade, os segundos, dispersos em seus campos de atividade, são advogados, intelectuais, médicos, empresários e comerciantes, líderes sindicais e religiosos integrados à classe política e servindo de base para recrutar membros ao primeiro estrato. Os terceiros formam a massa sujeita às regras baixadas pela minoria governante, isto é, elite política.

Em síntese, a circulação das elites na visão dos clássicos elitistas desponta basicamente da gama de elites não governantes; ou, nas palavras de Bottomore (1974), dos “muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si” (p. 16), isto é, na luta pelo poder político. Abaixo da camada de elites não governantes imediatamente visada pela circulação, se encontra o extrato inferior da sociedade donde pode surgir novos membros integrantes e fonte maior de equilíbrio entre as elites e, por extensão, do sistema político.

Manhein (1946), destacou Keller (1963/1991), desenhou uma perspectiva de surgimento das elites baseada na necessidade de seus papéis sociais dentro da estrutura política democrática, assinalando para dois tipos de elites: uma integrativa, constituída por líderes políticos e pessoal administrativo, e outra sublimativa, integrada por líderes moralistas-religiosos, estetas e intelectuais. Desenvolveu a ideia inovadora do ‘corpo político’ para designar todos os grupos e líderes que exercem um papel ativo na organização da sociedade e apoiam a difusão das elites cujo tamanho cresce com a industrialização. Nesse sentido, as elites se dividiam funcionalmente em elites políticas, burocráticas e culturais, abrangendo as elites religiosas e intelectuais.

O trabalho crítico de Mills (1956/2000) sobre a elite norte americana sistematiza uma elite de poder composta pelas elites econômica, militar e política oriundo-se da classe alta. Naturalmente, a última estrutura serve de apoio maior para a funcionalidade do tripé. Em sua essência, os estudos de Mills (ibid) sobre as elites inspirou-se do poder burocrático racional de Weber (1942) como função do crescimento industrial e da institucionalização do poder político, mais especificamente nas democracias modernas.

Diferente dos clássicos elitistas que baseia a circulação das elites na camada paralela de aspirantes ou nas subelites, Mills (Ibid) considera a classe alta a fonte principal de recrutamento ou circulação das elites, portanto, trata-se de uma estrutura seletiva, homogênea e coesa.

Por outro lado, Keller (1963/1991) reafirma o perfil e a importância das elites nas sociedades cada vez mais industrializadas e sua tendência não ao declínio previsto por Karl Marx, mas à proliferação, dispersão e extensão de seus poderes. Pela ótica pluralista da distribuição do poder social, constrói a ideia de dispersão e “diferenciação”, típica das elites estratégicas formadas pelas classes profissionais militar, política, econômica, científica, religiosa, esportiva e intelectual, artística ou cultural. As características variadas e relativamente abertas dessa classe se distinguem da “classe governante” cuja composição e acessibilidade é bem restrita em escopo (Keller 1963/1991, p. 58).

Essa divergência apontada por Keller (ibid) impacta variavelmente nos resultados da circulação. Nos contextos sociais onde vigora a dinastia, mérito ou ambos, a circulação das elites pode resultar respectivamente numa mera substituição entre as elites similares, numa renovação com expectativas de inovação ou numa confusão entre renovação e substituição.

Fora estes estudos bem fundamentais sobre a natureza e tipologia das elites, há outros que enfatizam uma ou outra classe de elites emergentes ou permanentes ao longo do

tempo, ancorada na mudança ou manutenção de valores sociais compartilhados pela sociedade ou mesmo impostos pelas elites mais poderosas. Porém, a dinâmica industrial que envolve a ampliação e diversificação das classes sociais, o grau de abertura do regime político e os valores culturais históricos concorrem ou atuam discretamente para definir o padrão de distribuição das elites no poder político e seus impactos na circulação.

Por último, uma das mais recentes abordagens teóricas do elitismo democrático enfatiza o nexo entre o grau de unidade e consenso das elites como variante importante no surgimento e consolidação das elites. O elitismo democrático adquiriu reforço teórico através dos *insights* de Higley (2008) que apresentou três estruturas tipológicas das elites, sendo uma considerada mais consistente com a democracia.

Para Higley (2008, p. 250), e ao contrário do restrito foco dos elitistas democráticos centrado nos partidos políticos como formadores das elites políticas, “as elites variam não apenas em sua composição, tais como elites empresariais, sindicais, burocrático-estatais”, bem como nas influências exercidas sobre as elites políticas quanto à direção da sociedade. Daí o autor clarifica (p. 252):

Entre as sociedades históricas e contemporâneas mundiais, as principais variações entre as elites são o grau de suas integrações estruturais e seus consensos de valores. Integração estrutural envolve a relativa inclusividade das redes formais e informais de comunicação e influência entre as pessoas e facções das elites. Consenso de valores envolve os relativos acordos sobre normas de comportamento político e a estima das instituições governamentais existentes. Nesse respeito, pode-se distinguir entre elites desunidas e unidas.

A ideia de Higley (ibid) pode ser interpretada como ilustrativa das possíveis relações entre a circulação e o sistema democrático baseada na tipologia das elites ser consensualmente unidas ou desunidas. Foca mais atenção nas interações intraelites (entre as elites em geral e as elites políticas) e na manifestação de certos tipos de resultado em termos da ascensão ao poder político de uma tipologia das elites e de seus efeitos no poder político.

Uma interpretação da ideia de Higley (ibid) que faz sentido ao propósito desse trabalho é que nas estruturas políticas bem (mal) integradas com alto (baixo) consenso de valores, o entendimento, a partir dessa nova abordagem do elitismo democrático, é que se verificarão as elites unidas (desunidas) as quais passarão a apoiar uma circulação de elites governantes favoráveis (desfavoráveis) à democracia.

Circulação e o Estado Democrático

A forma que as elites relacionam com o Estado pode ser considerada um reflexo da tipologia que predomina na sociedade e apoia a circulação de determinadas elites no poder político. Em outras palavras, os interesses associados às elites dominantes e o grau de compartilhamento desses interesses com a sociedade podem indicar a natureza da relação entre essas e o Estado.

Geralmente, Estado consiste ‘aquela instituição na sociedade pela qual autoridade [máxima], ou poder legítimo, é exercido dentro de um dado território’ (OLSEN & MARGER, 1993, p. 251). A característica única do Estado, conforme Weber (1986), é o monopólio [legal e legítimo] do uso da força para conseguir seus objetivos. O que mais interessa nessa dimensão de reflexão teórica e crítica sobre a natureza do Estado e a circulação é a estrutura política e econômica em que se insere o Estado e seu funcionamento institucional. Nesse caso, trata-se do Estado democrático de direito, inserido e operando numa estrutura econômica essencialmente capitalista.

Não obstante, tão relevante quanto à natureza estrutural do Estado, ou mais do que a forma assumida pelo Estado, é o caráter das personagens (das elites) com as raízes

fincadas na sociedade que o controlam e imprimem naquele certo dinamismo. Para os liberais pluralistas, a luta pelo controle do Estado começa com as eleições periódicas intra- e inter-partidárias presumidas livres e imparciais. A expectativa é que os mais organizados entre os grupos associados alcancem vitória e passam a assumir ou reassumir o controle do Estado. Assumir o controle do Estado implica acesso institucionalmente limitado aos recursos do poder e autoridade estatal com sua subsequente transformação em políticas públicas quando as diferentes partes institucionais do Estado são postas em ação, isto é, para funcionar efetivamente.

Mann (1993) identifica dois níveis de características do Estado – o institucional e funcional. Para ele, quatro elementos abarcam a dimensão institucional do Estado a saber (1) um conjunto diferenciado de instituições e pessoal composto; (2) centralidade, no sentido de que as relações políticas radiam para fora de um centro para cobrir (3) uma área territorialmente demarcada e sobre a qual exerce (4) o monopólio na formulação de leis imperativas, apoiadas pelo monopólio dos meios da violência física. Por outro lado, a dimensão funcional da característica do Estado é a formulação de leis imperativas, ou seja, políticas públicas (p. 314).

O poder das elites do Estado para cumprir suas funções, enfatizou Mann (1993) envolve tanto poder despótico quanto poder infraestrutural. O poder despótico, que abarca o raio de ações que as elites são empoderadas a realizar sem negociação rotineira e institucional com a sociedade civil, se encontra em declínio, pois, depende da recorrência unilateral à coerção (força militar e policial) para fazer a vontade do Estado. Por sua vez, o poder infraestrutural, mais comum no Estado capitalista democrático, engloba a capacidade para coordenar e influenciar todo setor da vida social, especialmente a distribuição de recursos econômicos, e de assegurar o direito pela vida e propriedade. O poder infraestrutural é imperativamente desenvolvido nas sociedades industriais para penetrar a sociedade civil e implementar logicamente decisões políticas por todo território nacional.

Na análise da conectividade entre as elites e o Estado, Mann (1993) frisou que, ao exercer esses poderes, o Estado se torna uma instituição cada vez mais centralizada, com a autoridade estatal se repousando mais num conjunto relativamente pequeno de elites bem coordenadas e apoiadas por complexas e extensivas organizações burocráticas. Não obstante, isso não implica, especialmente nos Estados democráticos, que as elites do Estado atuem sem limites, pois, sendo um regime democrático liberal, as elites são eleitas e podem ser destituídas por grupos da sociedade civil. Esses grupos podem ser financiadores (patrocinadores) ou o eleitorado.

Mann (p. 316) é da opinião de que o Estado, operado pelo princípio liberal pluralista, é autônomo, mas é desprovido do poder despótico ao mesmo tempo que usa seu poder infraestrutural para estender sua autoridade sobre a sociedade civil. Apesar da autonomia estatal, no Estado capitalista democrático, alerta que o mecanismo de responsabilidade fosse desenhado para assegurar que as elites governantes atuem dentro da lei pela submissão de seus atos ao escrutínio institucional e social além da corretiva eleitoral periódica.

A questão do controle direto ou indireto do Estado por grupos específicos da sociedade civil cuja força reside não puramente nas eleições para provocar a queda ou ascensão de indivíduos ou grupos no poder político chama atenção no sentido de suas implicações para a circulação das elites políticas, em particular, para o destino das políticas públicas. Para os efeitos de entendimento não apenas da tipologia de elites que circula no Estado bem como da forma que essa o anima, molda ou remolda, a questão de interesses motivacionais daquelas se torna central.

Para tanto, não escapou da análise de Mann (1993) indagações centrais sobre os interesses por trás das elites que circulam no Estado para moldar ou remoldar sua natureza a partir do governo. Orientado pela estrutura e função do Estado, Mann (ibid) invoca a análise sociológica [em especial sociologia política] para articular os desafios que arroteiam o entendimento sobre a relação entre as elites e o Estado. Tratam-se (1) do interesse específico sobre o qual atua o Estado; (2) da identidade social dos que exercem influência e controle sobre o Estado; (3) da capacidade de a massa assegurar para que as elites sejam responsabilizadas pelos seus atos e (4) na forma que muda o Estado.

As duas óticas de elitismo democrático baseada no pluralismo liberal e elitismo crítico divergem claramente sobre os interesses das elites em sua relação com o Estado. Para os liberais pluralistas, interesses não são apenas sinônimos de preferência social, mas são presumidos como sendo igualmente representados pelas elites no Estado (DAHL 1971). Nessa base, a expectativa quanto à circulação das elites no Estado é que tanto a priori quanto a posteriori a tipologia com o interesse das primeiras que circula no bojo do último seja de fato idêntica com a sociedade, em específico, com suas preferências.

Por outro lado, “interesse”, isto é, para os elitistas críticos, “implica a ideia de seleção de valores por um grupo ou parte de um grupo acima dos e contra os outros”, e de um jeito que conduza a “privilégios” (BELL, 1969). Para isso, os elitistas críticos insistem que a elite política, em sua composição e apesar de sua natureza divergente, provém de origens sociais comuns, o que explica sua socialização política igual, padrão acertado de atitudes e coesão de interesses.

STOP A seleção exímia de valores por um grupo de elites, isto é, acima e as vezes contra os demais membros da sociedade não vem escapando o contexto brasileiro. O paralelismo de interesses apontado por Diniz e Bosch (2000) no limiar da construção do Estado democrático atual retrata a seleção de valores através da “desconstrução do Estado” desenvolvimentista e da “globalização”, os quais colocam lado a lado os interesses do empresariado nacional e os do Estado capitalista. Nessa base, ressaltam o emergente “sistema híbrido - que combina formatos corporativos, clientelistas e pluralistas, ou, ainda, estilos predatórios e universalistas“ - e o “descompasso Estado/sociedade, dada a complexidade crescente da estrutura social e o processo de densidade organizacional desencadeada a partir dos anos 70” (p. 18).

Tudo isso se resume à ideia de um Estado operado por uma tipologia de elite dependente da reprodução capitalista, ou seja, na presença e atuação contínua da elite empresarial e econômica, para sua reprodução do que do acolhimento, canalização e satisfação das demandas e sinergias da sociedade como um todo.

Circulação e o Sistema Político Democrático

O mais aclamado postulado teórico sobre a possibilidade da circulação das elites produzir uma equilibrada composição qualitativa e representativa no poder político deriva-se da visão liberal pluralista sobre as operativas da democracia. Para os elitistas democráticos, a democracia é considerada subproduto da transição de uma estrutura política tradicional, hereditária e fechada (seletiva) para aquela moderna, meritocrática e aberta (participativa) que conduz às mudanças qualitativas na composição das elites. Baseada nessa transição, esperada através do processo eleitoral, acredita-se que uma renovada e inovada composição heterogênea de elites políticas surgiria da velha estrutura do poder.

Sequela à crítica dos elitistas clássicos de que o autogoverno de massa é inviável com a democracia, o elitismo democrático surge como resposta a esse dilema. Baseada nos princípios da liberdade e igualdade, o argumento principal é que a dispersão do poder entre indivíduos integrados a grupos sociais na sociedade estimula os líderes (as elites)

destes a concorrerem pelo poder e autoridade que faculta a representação de interesses através da ocupação de posições governamentais decisivas.

Para os liberais pluralistas, a democracia produz uma estrutura aceitável de elites políticas. Walker (1966, p. 286) recapitulou das ideias pioneiras dos liberais pluralistas de que o que “distingui o sistema democrático do autoritário é a provisão por uma competição limitada e pacífica entre as elites pelas posições formais de liderança no sistema” (Weber, 1942; Schumpeter; 1943, Lipset; 1961 & Dahl; 1961).

Eleições livres, justas, periódicas e institucionalmente instituídas sob os regimes democráticos podem exercer um papel fundamental na circulação das elites nos cargos-chaves do governo. Também podem conduzir à transformação da composição até mesmo do caráter das elites através da aprendizagem (*learning*), o que equivale à socialização política ou aquisição de experiências pelos líderes políticos.

Prewitt & Stone (1993, p. 134-135) reiterou em termos inequívocos o espírito transformativo atrás das eleições com atenção especial na regeneração da liderança através da circulação periódica:

Disvestida da retórica colorida, a teoria democrática se reduz ao princípio simples de que *os líderes são provisórios* [...]. A composição do grupo governante é determinado pelo público eleitor, o que leva a uma equalização das diferenças do poder entre os governantes e governados. Através de sufrágio universal e eleições competitivas, o equilíbrio do poder desloca para o eleitorado, mesmo que seja periodicamente. Por isso, o que os governantes decidem refletem uma maior gama de preferências do que daqueles dos governantes temporários (...). Assim, o aspecto mais fascinante da revolução democrática trata-se dos métodos e implicações de mudar os líderes, pois esse se torna a chave para uma nova teoria da ‘classe governante’.

Essa essência rudimentar da democracia que envolve as mudanças periódicas de líderes (renovações intermitentes da natureza dos líderes) constituem o leitmotiv para o equilíbrio do poder entre as preferências dos líderes e aqueles do espectro maior da sociedade. Isto é, a transformação da estrutura de poder em termos de sua renovação é essencial para a realização da democracia desde o momento em que as eleições repetidas implicam a saída dos maus e à entrada dos bons governantes.

Num sistema político democrático, os liberais pluralistas acreditam que dadas as garantias constitucionais de liberdades políticas e igualdades civis, a competição extensa entre as elites com inclusão social nos processos políticos decisórios é capaz de promover a ordem social e, por extensão, a solidificação do sistema político.

Contudo, vale invocar a observação crítica dos elitistas clássicos e contemporâneos, inclusive da inusitada e geralmente bem referenciada obra de Schumpeter, sobre a relação entre a circulação das elites e o sistema político. Primeiro, para os clássicos do elitismo crítico, o fato histórico do poder social e, em particular, do poder político, se encontrar na mão das elites (minorias) se contrapõe à ideia democrática de igualdade que permite a participação da massa (a maioria) nos processos de decisão e distribuição de resultados políticos. Apesar de ter havido certa atenuação das críticas sobre a praticidade da democracia majoritária, as ideias primordiais dos elitistas críticos ainda disputam espaço na literatura sociológica e política.

Bobbio (1991) descreve a implicação do pensamento crítico dos elitistas clássicos como sendo distintamente independente “de um critério extrínscico” do regime político, “como o do número de governantes (um, poucos ou muitos), mas dos vários modos com que uma classe política se forma, se reproduz, se renova, se organiza e exerce o poder”. Nessa visão, quando o poder sempre “se encontra na mão de uma minoria”, implica que não exista “outra forma de governo se não a oligárquica” (1993, p. 325 - 326). Aqui, “a

reprodução equivale à continuidade ou simplesmente dinamismo sem mudanças” (KIFORDU 2011, p. 21).

Por mais imprevisível que parece, a obra de Schumpeter (1942) surgiu nas entre guerras do século XX, relevando a seletividade das elites, porém, por meio de eleições periódicas, cuja finalidade não é alcançar o difícil de definir bem público, mas simplesmente eleger representantes que terão liberdade de atuar no processo político. Democracia, nesse sentido, não é nada mais do que um conduto para se chegar a decisão sobre liderança do governo. A expectativa pela ótica de seletividade enunciada por Schumpeter (ibid) é que através da democracia as melhores entre as elites sejam conduzidas pela massa eleitora às posições decisórias no governo. Isto é, a democracia gera os melhores líderes.

A asserção feita pelos clássicos elitistas sobre a rigidez da estrutura do poder político numa democracia e por Schumpeter (ibid) sobre a seleção dos melhores entre as elites, inspirou a crítica específica dos elitistas contemporâneos, não à impossibilidade de efetivar-se a democracia ou de servir simplesmente para eleger líderes, mas à conformidade dos eleitos com a prática democrática ancorada nos valores e regras institucionais típicas. Na observação de Prewitt & Stone (1993), o consenso entre a variante não radical norte americano, adepto ao elitismo crítico contemporâneo, é que com base na história a composição das elites que ascendam ao poder político devem transformar-se conforme os valores democráticos para que ocorram as mudanças sociais esperadas.

Circulação e a Sociedade

Para realizar suas propostas, objetivos ou interesses, as elites sempre lançaram mão na natureza ou temperamento da sociedade como um todo. A sociedade passa ser indispensável para o surgimento, desenvolvimento e manutenção das elites e de certas tipologias que circulam na estrutura do poder político. É tanto que a sociedade é vista de uma forma ou outra como fonte derradeira da tipologia de elites preexistentes e existentes que circularam ou circulam no poder político.

Teoricamente, a visão do papel da sociedade na formação e tipologia das elites que circula no poder varia entre elitismo democrático e elitismo crítico. Inclusive, não dá para negar que de cada contexto emana um tipo específico de elites fruto do grau da interatividade entre as últimas e a sociedade.

Para os elitistas democráticos, mais sistematicamente a partir da obra de Schumpeter (1942) sobre *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, a sociedade dentro dos confines da democracia não deixa de ser um mero instrumento para se chegar às decisões sobre a liderança política ou seja as elites políticas que irão dirigir o governo. Para Schumpeter (ibid), a democracia ocorre onde há vários grupos partidários em concorrência pelo voto popular, objetivando conquistar o poder político e instalar as elites vencedoras no governo.

A abordagem de Schumpeter (ibid) indica que a sociedade, em termos dos povos integrantes, serve apenas como base para eleger as elites que vão ocupar formalmente o poder político. Em outras palavras, é uma visão da relação entre elite e sociedade na qual o papel da última se restringe meramente ao voto decisivos, ou seja, a participação popular não conta com a presença ativa nos processos políticos decisórios.

O pensamento de Schumpeter (1942) deu razão e vazão à ótica liberal pluralista sobre a instrumentalidade passiva da sociedade para a democracia. Os liberais pluralistas, retrucou Walker (1966), consideram a sociedade como “apolítica e incapaz de exercer o poder e papel político”, o qual é visto como predileto das elites que acreditam sejam as “gestoras políticas” cujas atividades em gerir o Estado asseguram as instituições democráticas contra a demagogia da massa. Pelo menos implicitamente, da mesma forma

que os elitistas clássicos na incipiência de seus estudos foram incrédulos sobre a factibilidade da democracia de massa devido à forte presença das elites minoritárias e organizadas, os liberais pluralistas não acreditam que os integrantes da massa sejam capazes de governar a si mesmo.

Porém, os mesmos liberais pluralistas passaram a atribuir à sociedade o papel de se organizar em grupos de interesse e de incentivar seus líderes (as elites) a assumirem posições políticas ou exercerem influências sobre os líderes políticos que passariam a tomar decisões favoráveis ao interesse dos grupos. Isto é, os pluralistas apostam em mudanças na composição das elites políticas como consequência da ação autônoma dos grupos e da renovação periódica, seja pelas eleições ou nomeações ministeriais.

De fato, o pluralismo foi cunhado especialmente pelos adeptos norteamericanos para designar uma organização política baseada em “complexa rede de associações entrecortando toda sociedade, cada uma com sua base de poder, o que permite seu funcionamento independente do governo” (Olsen, 1993, p. 147). Ao intermediar interesses entre o povo e o governo nacional, as associações contam com uma natureza privada e autônoma; filiação voluntária derivada de interesses mútuos; limitação de suas atividades às esferas específicas para evitar que sejam muito inclusivas da vida dos membros; extensão da participação das bases sociais ao nível nacional e, mais importante, posse de recursos suficientes de um ou outro tipo para produzir decisões políticas através do exercício de influência sobre os corpos e líderes governamentais (ibid). Nessa ótica, a sociedade assume um papel dinâmico e posição estratégica para a circulação das elites, pois, além de fomentar as associações portadoras de interesses específicos, produz as elites líderes que ascendam ao poder político para representar os interesses daquelas.

Na visão crítica da teoria clássica das elites, a sociedade, embora seja um componente passivo sem qualificação, é tida pelos seus expoentes como indispensável não simplesmente à sustentação do grupo bem como para a dinâmica assumida pela luta e circulação das elites no poder político.

O ponto de partida bem instrutivo nesse aspecto sobre a passividade e desqualificação da massa vis-à-vis exercício da política é a obra de Ortega e Gasset (1959), intitulada *A Rebelião das Massas*, em que o autor repudia qualquer pretensão de ascensão ao poder político pelo povo, ao qual relega ao status de mediocridade e sustentador das elites bem mais aptas no jogo político.

De forma mais sistemática, Pareto (1968) e Mosca (1939) vêem na sociedade o arena ampliada e base maior da luta e sustentação do poder das elites. A divisão da sociedade em duas classes ou extratos sociais compostos por elites e não elites é fundamental para entender a situação de não elites na base social, ou seja, a massa a princípio relegada à posição inferior relativa às as elites ocupantes da posição superior na estrutura social.

Porém, ao tratar da circulação das elites, os dois teóricos (ibid) consideram a base social como fonte de recrutamento de novos membros, em especial quando a velha formação decai em valor ou vigor, necessitando assim de novos membros. Portanto, a renovação a partir do extrato inferior da sociedade passa a servir como resposta para a estabilidade política usualmente sob responsabilidade direta do extrato superior (as elites).

Entre os elitistas críticos da contemporaneidade, Hunter (1953) e Mills (1956/2000) se destacam ao desenhar a natureza da sociedade mediante a elite do poder tipicamente norte americana, mas com reflexos variados em outros contextos. O primeiro descreve uma minoria poderosa que emprega persuasão, ameaça e coerção para obter e manter seus interesses em detrimento dos da sociedade mais ampla, refletindo assim uma estrutura de poder pairando sobre uma sociedade aquiescente, manipulada ou subjugada pelas elites. Afirma que enquanto “a responsabilidade de manter a ordem competia à quase toda

comunidade, a ônus de mudanças na velha ordem caiba aos poucos” (HUNTER, 1953). Isto é, num lado, espera-se da sociedade como um todo que *ande na linha* para evitar desordem, por outro lado, na elite minoritária todos dependem exclusivamente para tomar decisões sobre a orden que prevaleceria sobre todos na sociedade.

De forma análoga, o segundo relata uma sociedade industrial (tipicamente norte americana, apesar de aplicar diversamente em outros contextos) dominada pela elite tripartite - empresarial, militar e política – com origens sociais seletivas. O terceiro mostra como as redes sociais das elites se erguem acima da sociedade e sobre os interesses verdadeiramente sociais, apesar de sua orientação e consequente formação ancorada no modelo pluralista.

Na ótica das duas teorias rivais, o que se pode tirar em termos de lição sobre a possível relação entre a circulação das elites e a sociedade mais ampla, com o regime político democrático em foco, trata-se do grau de participação e influência social nos processos e resultados políticos. Em outras palavras, trata-se das operativas do sistema democrático

5. Limites da Teoria Liberal Pluralista vis-à-vis Circulação

Nos argumentos liberais pluralistas, as eleições são reiteradas como fonte primária da composição e circulação qualitativa das elites governantes. Eleições livres, imparciais e periódicas conduzidas com base em garantias institucionais efetivas de liberdade e igualdade são enfatizadas pelos liberais pluralistas como sendo fundamentais para a formação das elites políticas. Essas são encarregadas de tomarem decisões que afetam não apenas a vida das pessoas como o sistema político democrático. Ademais, os partidos políticos são vistos como instrumentais para a competição política e as inclusões cruzadas entre líderes nos processos políticos decisórios.

A primeira observação é que as eleições *per se* não são suficientes ou bem propícias para garantir uma circularidade qualitativa das elites no poder político formal. O sistema eleitoral e partidário junto com seus operativos podem conter vícios de escolha pública, por exemplo, quando, no caso brasileiro do voto proporcional aplicado às eleições legislativas (ver Fleischer, 2016; Rodolfo & Virginia, 2018; Kifordu & Virginia, 2018), o maior voto de um único candidato no partido *puxa* outros não contemplado nas urnas pelo eleitor.

Segundo, *path dependence* (dependência de trajetória) pode implicar as escolhas institucionais (formais ou informais) e comportamentais dependentes no passado, o qual foi marcado por eventos ou circunstâncias conflitantes com as necessidades atuais. Por exemplo, podem as instituições atuais conter vícios de organização partidária que são favoráveis a status quo ou ao interesse dos empresários ou financiadores poderosos de campanhas políticas. Uma organização partidária monolítica cuja continuidade de liderança repousa na pessoa do chefe ou numa figura notável da sociedade, ao invés de normas claras e meritocráticas, pode atuar para restringir uma circulação renovativa e inovativa.

O terceiro ponto de limitação das eleições como fonte de qualidade na escolha e representatividade das elites trata-se das origens sociais e redes informais de contatos entre as elites em geral que postas em ação podem restringir o recrutamento à uma comunidade de interesses particulares. As elites que se identificam pela experiência de escolaridade, profissão, região, idade, gênero etc tendem a compartilhar atitudes e interesses comuns que podem conflitar com os interesses públicos. As redes informais de contatos entre as elites podem servir como fonte de patronagem e colúio entre as elites governantes e não governantes durante e depois das eleições.

A notória troca de favores entre o público e privado pode não jogar a favor dos interesses do primeiro que pode se iludir no momento de escolher entre os prováveis bons

e maus políticos. Da mesma forma, indicações políticas apradinhas e partidárias podem viciar a prestação qualitativa e social dos serviços formalmente ditos públicos, quando tais indicações refletem os interesses de poderosos patrocinadores das campanhas eleitorais ou apadrinhados políticos.

O quarto ponto, oligarquização do poder político. Historicamente, as oligarquias tem subsistido, mesmo na democracia, mas não sem constituir empecilho ao seu avanço. Elitistas críticos como Michels (1993) denunciou com veemência as oligarquias como vilões da democracia. A “tendência à oligarquia que toda organização perfila convenceu o teórico sobre a afirmar sobre a inflexibilidade das estruturas de poder baseada na democracia, a qual contempla a participação social nos processos políticos decisórios (p. 113).

A fabricação e veiculação de *fakenews* (notícias falsas) com a manipulação estratégica e possível emprego político de dados pessoais postados na mídia social tendem a constituir uma ameaça à circulação das elites no poder político. Se essas forças da mídia social fossem mobilizadas contra adversários políticos, podem deturpar o real sentido da circulação, ao implicar a reciclagem, recolocação ou emergência de elites demagogas. Em outras palavras, notícias falsas podem colocar os maus governantes ou impedir a colocação dos bons governantes no poder político. Por outro lado, elas podem impedir a substituição dos maus pelos bons governantes através das eleições periódicas.

Nessa base, torna-se imprescindível não somente aprimorar os mecanismos eleitorais de escolha dos candidatos políticos bem como melhorar e recorrer mais aos outros instrumentos de fiscalização pós eleitorais. A reforma política deve se dirigir para engendrar a inclusividade e fiscalização social. Em particular, deve flexibilizar acesso às lideranças partidárias e enfatizar a responsabilidade dos partidos políticos mediante o eleitorado e a sociedade. O mapa social dos candidatos às eleições devem ser conhecido e disponibilizado para informar os eleitores e a sociedade sobre os antecedentes sociais do candidato. Os instrumentos pós eleitorais, por exemplo, de responsabilização, responsividade e transparência com a forma de engajar proativamente o cidadão comum no processo político devem ser aperfeiçoados e publicamente incentivados.

6. Considerações Finais

Esse trabalho discutiu criticamente o significado teórico convencional e crítico da circulação das elites políticas (seja essas eleitas ou nomeadas aos altos e decisivos cargos públicos) para o funcionamento efetivo do sistema político democrático. Dado o fundamentalismo e relevância relativa do sistema político democrático, indagou-se sobre o sentido das proposições teóricas e críticas da circulação das elites para o funcionamento efetivo da democracia, isto é, como forma de coletivamente tomar decisões a partir das eleições periódicas, supostamente livres, justas e inclusiva.

Para animar a discussão e entender melhor o sentido variado que a circulação no sistema político democrático pode assumir, duas visões teóricas adversas foram retratadas. Tratam-se da teoria democrática elitista fundamentada do pensamento liberal pluralista e da teoria crítica elitista com seus expoentes clássicos europeus e contemporâneos norte americanos.

Enquanto os liberais pluralistas argumentam que a democracia engendre uma flexível e mais aceitável estrutura de poder político através das eleições periódicas, permitindo-se uma composição heterogênea e circulação renovadora das elites; os elitistas críticos contestam a possibilidade da flexibilidade da estrutura do poder mediante uma elite minoritária bem organizada que exerce um controle rígido e seletivo da informação mais relevante. Nessa última perspectiva, a aposta é que sem a transformação fundamental das elites, a circulação na prática se tornaria contraproducente.

Consciente de que o modelo liberal pluralista de elitismo democrático é omissivo ou até silente sobre como e porque a composição e circulação das elites na prática pode não condizer com a esperada, invocou-se a teoria crítica das elites não simplesmente para obter uma contraposição, mas para se chegar ao entendimento mais profundo sobre a circulação das elites em contextos variados como o brasileiro.

Ao aprender que as elites são geralmente caracterizadas como aquela parcela minoritária detentora de recursos organizacionais e de poder superiores, o que permite seu domínio sobre a sociedade, discorreu-se teórica e criticamente sobre vários aspectos sociais, funcionais e interativas entre a circulação, o sistema político, o Estado e a sociedade como um todo.

O que se observou é que o postulado dos liberais pluralistas sobre uma sociedade industrial pluralista, porém, homogêneo, em termos de valores políticos e econômicos compartilhados, como a liberdade e igualdade com autonomia vis-à-vis o poder estatal, conduz à ascensão e renovação sinérgica no poder político de elites líderes dos grupos sociais que, além de zelar pelos próprios, acartam e buscam satisfazer os interesses públicos.

O Estado na ótica liberal pluralista é tido como autônomo da mesma forma que a organização e atuação dos grupos profissionais ou sociais dotados com recursos próprios e engajados na luta pelo controle do Estado e pela representação de interesses inclusivamente variados. O poder é dado como disperso, a luta pelo poder interelite e a interatividade entre o Estado e a sociedade é vista tão produtiva que favoreça o fortalecimento do poder político.

Porém, nem sempre em todo contexto a sociedade se encontra homogênea e o poder socialmente disperso com a luta pelo poder deserronando de forma renovativa e inovativa entre as elites. Assim, surge a perspectiva crítica que busca elucidar com mais profundidade e riqueza de detalhes as vicissitudes atrofiantes, ao invés de fortificantes, do sistema político democrático em certos contextos.

O contexto brasileiro, apesar dos avanços econômicos, expõe, por exemplo, uma atípica estrutura socioeconômica com reflexos coibentes na distribuição mais egalitária do poder social e político. Os antecedentes históricos e a dinâmica da distribuição do poder nesse contexto particular podem conter elementos complexos de atrofias que coíbam a circulação socialmente mais produtiva das elites.

Por exemplo, o casuísmo (legislação em causa própria), o patrimonialismo (privatização da coisa pública), o neopatrimonialismo (captura do Estado por grupos privados poderosos e interesseiros), a cooptação e a assimilação elitista (estratégias das elites estabelecidas para admitir novos membros de apoio e legitimação estratégico, condicionado, transacionado e indoutinado) e predisposições biológicas ou psicológicas negativas (incompetência, corrupção, dependência no Estado etc) podem ser observados no contexto histórico e dinâmico brasileiro e, entre outros fatores como a desigualdade, constituir fatores impeditivos da circulação qualitativa das elites no poder político em vários níveis governamentais.

Para tanto, os ensinamentos dos elitistas críticos na versão clássica e contemporânea chamam atenção à riqueza de detalhes sobre os fatores que possam circunscrever a circulação das elites. A questão não é simplesmente que as elites são uma minoria organizada, coesa e excludente por natureza ou escolha em função dos interesses resguardados, mas que, para que a democracia vingue além dos interesses das elites, é preciso que essas se transformem dentro dos mais elevados valores democráticos.

Bibliografia

- BELL, D (1969). "The Power Elite Reconsidered". In: Domhoff GW, Ballard H.B (Eds) *C. Wright Mills and the Power Elite*. Boston: Beacon Press.
- BOBBIO, N. (1991) 'Democracia' In: Dicionário de Política. Vol. 1. Brasília: UnB
- BOTTOMORE, T (1974) *Elites e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar
- BUSINO, Giovanni (2000). The Signification of Pareto's Elite Sociology. *European Journal of Social Sciences*. XXXVIII – 117, p. 217-228.
- DAHL, R (1961) *Who Governs?* New Haven:
- DAHL, R. A (1971). *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato (2000) "Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas", In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli e SANTOS, Fabiano (2000) *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneos*, São Paulo: Conrad Adeneur
- DOGAN, Mattei and HIGLEY, John (1998) *Elites, Crises, and the Origins of Regimes*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield
- FLEISCHER, David (2016) 'Attempts at Political Reform (1985-2015): Still a "Never Ending Story"'. In: Xavier, L de Oliveira & Dominguez, C. Avila - *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa*. Curitiba: CRV, Vol 1.
- HIGLEY, John (2008) "Democracy and Elites", *Comparative Studies of Social and Political Elites (Comparative Social Research, Volume 23)* pp. 249 - 263
- HIGLEY, John & PAKULSKI, Jan (online) Pareto's Theory of Elite Cycles: A Reconsideration and Application. Disponível em <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/8a8d02ec-57a9-4b0d-b042-10bfb1f86972.pdf>, acesso 15 de dezembro 2018
- HUNTER, F. (1953) *Community Power Structure*. Chapel Hill: University of North Carolina.
- KAUFMAN R (2000). The political effects of inequality in Latin America: some inconvenient facts. Paper prepared for the Workshop on Inequality. USA: Princeton University 2007; p.2. Disponível em <http://www.princeton.edu/~piirs/projects/Democracy&Development/papers/kaufman%20for%20web.pdf>. [acesso em].
- KELLER, Suzanne (1963/1991) 'Beyond the Ruling Class'. New Brunswick: Transaction Publishers.
- LANE, David (1997) 'Transition under Eltsin: the Nomenklatura and Political Elite Circulation'. *Political Studies*, 45: 855–874.
- MANN, Michael (1982) 'The Social Cohesion of Liberal Democracy', in Giddens, A. and Held, D. (eds) *Classes, Power and Conflict: Classical and Contemporary Debate*. Berkley and Los Angeles: University of California Press.

- MANN, Michael (1986/1992) 'The Sources of Social Power Vol. I'. Cambridge: Cambridge University Press.
- MANN, Michael (2005) *The Dark Side of Democracy: Explaining Ethnic Cleansing* Cambridge, UK: Cambridge University Press
- MANN, M (1993). 'The Autonomous Power of the State'. In: OLSEN, M. E. & MARGER, M. N. (eds). *Power in Modern Societies*. Boulder: Westview Press, 1993.
- MANLEY, John F (1983). "Neo-Pluralism: A Class Analysis of Pluralism I and Pluralism II". *The American Political Science Review*, Vol. 77, No. 2, pp. 368-383
- MICHELS, R (1993) 'The Iron Law of Oligarchy'. In: OLSEN, M. E. & MAGER, M. N. (eds). *Power in Modern Societies*. Boulder: Westview Press, p. 111-124
- MICHELS R (1966). *Political Parties*. New York: Free Press 1966.
- MILLS, C. Wright (1956/2000) *The Power Elite*. New York: Oxford University Press.
- MOSCA, Gaetano (1939) *The Ruling Class*. New York: McGraw-Hill.
- OLSEN, Marvin E. (1993) "Sociopolitical pluralismo". In Olsen, M. E & Marger, M. M (eds) *Power in Modern Societies*. Boulder: Westview Press
- OLSEN, Marvin E. & MAGER, Martin N (1993). 'Power and the State'. In: OLSEN, M. E. & MAGER, M. N. (eds). *Power in Modern Societies*. Boulder: Westview Press.
- MANHEIN, Karl (1946) *Man and Society in an Age of Reconstruction*. London: Kegan Paul.
- OLSEN, Marvin E. & MAGER, Martin N. (1993) 'Power and the State'. In: OLSEN, M. E. & MAGER, M. N. (eds). *Power in Modern Societies*. Boulder: Westview Press
- ORTEGA & GASSET (1959) *A Rebelião das Massas*. São Paulo: Livro Íbero Americano. Tradutor: Herrera Filho.
- PARETO, V. (1935) *Mind and Society*. New York: Harcourt Brace and Co.
- PARETO, V. (1968/2008) *The Rise and Fall of the Elites: An Application of Theoretical Sociology*. Totowa, New Jersey: The Bedminster Press.
- PARRY, Gerraint (1969) *Political Elite*. London: George and Unwin.
- PARRY, Gerraint (1969/2006) *Political Elite*. London: George Allen and Unwin
- PLATÃO. A República. Tradução por Maria Helena Rocha Pereira. 2ª ed. Lisboa: Caloustre Gulpenkian
- PREWITT, K. & STONE, A (1993). 'The ruling elite'. In: Olsen ME, Marger MN, Eds. *Power in modern societies*. Boulder: Westview Press 1993.

- PUTMAN, R. (1977) 'Elite Transformation in Advanced Industrial Societies: An Empirical Assessment of the Theory of Technocracy'. *Comparative Political Studies*, 10 (3): 353-412
- ROUSSEAU, J. J. (1983) *Os Pensadores*, São Paulo: Abril.
- SCHUMPETER, Joseph (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Unwin
- SCALON, Cel (2011). 'Desigualdade, Pobreza e Políticas Públicas: Notas para Debate'. *Contemporânea*. n.1. p. 49-68.
- SEYMOUR, Lipset M (1960) *Political Man*. New York
- OLSEN, Marvin E. & MAGER, Martin N. (1993) 'Power and the State'. In: OLSEN, M. E. & MAGER, M. N. (eds). *Power in Modern Societies*. Boulder: Westview Press
- TEXEIRA, Rodolfo M. & SOUSA, Virginia M (2018) Rethinking Parties, Democracy and Electoral Reform: Obstacles and Challenges. In: Xavier, L. de Oliveira; Avila, C. F. Dominguez & Fonseca, Vicente. *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa*. Vol 2, Curitiba: CVR
- WALKER, Jack L (1966) 'A Critique of the Elitist Theory of Democracy'. *American Political Science Review*. Vol. 60, Nº 2, p. 285-295.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*, Brasília: Editora UnB, 1986
- WEBER, Max (1968) *Economy and Society: An Outline of Interpretative Sociology, Vol 1 and 2*. Berkley: University of California Press.
- ZUCKERMAN, Alan (1977) The 'Concept Political Elite: Lessons from Mosca and Pareto'. *The Journal of Politics*, 39: 324-344